

TRABALHADORES DE RUA NA SALVADOR DO SÉCULO XIX: DE QUEM ESTAMOS FALANDO?

Aleida Fontoura Batistoti
Arquiteta Urbanista, Esp. em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade
Mestranda no PPGAU/UFBA
aleidabatistoti@gmail.com

RESUMO:

O espaço urbano da cidade de Salvador/BA, em particular a rua e os espaços públicos, é espaço do trabalho informal desempenhado por diversos soteropolitanos; manifestado historicamente na referida cidade. Desta forma, este estudo busca, por meio da interlocução com a historiografia pesquisada, construir uma narrativa acerca do trabalho de rua existente em Salvador/BA no século XIX. Esse trabalho era desenvolvido por negras e negros, nos ofícios de ganho, enquanto ganhadores, ganhadeiras e ambulantes, que desempenhavam funções de transporte de mercadorias, objetos, e pessoas, e comercialização de produtos e iguarias africanas e alimentos em geral, como frutas, carnes, entre outros. Essa pesquisa foi dividida em três eixos: O mercado de trabalho e suas práticas; a relação entre a cidade e o trabalho de rua/trabalhadores e seus atravessamentos cotidianos, como ordenamento territorial e moradia; e, por fim, como se inseriam as mulheres nesta relação entre cidade e trabalho de rua. Assim, neste estudo recorreu-se à história como ponto de partida na busca da compreensão do presente, uma vez que essa pesquisa encontra-se em desenvolvimento e tem como objetivo estudar o trabalho de rua contemporâneo na referida cidade.

PALAVRAS-CHAVES: dinâmicas socioespaciais; herança escravista; trabalho informal.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa originou-se da inquietação de pensamentos provocada ao vivenciar a cidade de Salvador/BA e se deparar com uma grande concentração de pessoas, em grande parte negras, comercializando variados produtos nas ruas e espaços públicos da cidade. Desta forma, surgiu o interesse em se aproximar dessa realidade e buscar compreender quem são os praticantes e as dinâmicas desses trabalhadores no espaço urbano. Deste modo, resultou-se no projeto de mestrado que se encontra em desenvolvimento, e que originou essa pesquisa, como resultado de uma aproximação inicial com historiografias acerca do tema em diálogo e início de reflexões.

Pensando-se na forte presença do trabalho de rua e no desenvolvimento histórico e social da cidade de Salvador, marcado pelo trabalho escravo, existente ainda no século XIX, surgem questões como: há alguma similitude dessas práticas de trabalho, tão presentes na referida cidade, com a escravidão? Com isso, recorre-se à história a fim de compreender o presente, pois é necessário “Ver no processo histórico um presente em andamento, entender a história, em razão da interação social e da irreversibilidade do tempo” (LEPETIT, 2001, p.243).

A partir da historiografia pesquisada, busca-se construir uma narrativa acerca dos trabalhadores de rua do século XIX, composto por negros e negras, ganhadores, ambulantes, ganhadeiras e aguadeiros. Atendo-se ao contexto da cidade, em especial a relação do mercado de trabalho e a rua, local por excelência deste ofício, e o mercado de trabalho da época, seus aspectos de estrutura, organização e ofícios. Por fim, a relação das mulheres com o mercado de trabalho de rua, em particular o ofício de ganhadeira.

AS RUAS DE SALVADOR: ONDE TUDO ACONTECIA

Trabalho, opressão, lutas, revoltas, sofrimento, alegria e liberdade: as ruas de Salvador são o espaço principal para esses acontecimentos, no século XIX. Essa cidade se configura como cidade porto¹ e possui topografia acidentada e falha geológica, marco significativo para a sua divisão em cidade alta e cidade baixa. No século XIX, a cidade baixa era o centro comercial e de negócios, local de forte presença de negros, em um vai e vem transportando mercadorias e pessoas em ruas estreitas e casas altas. Em paralelo tem-se a cidade alta, retratada como possuidora de melhores condições, física e socialmente, sendo ocupada por uma população com maior poder aquisitivo, com ruas calmas, largas e calçadas alinhadas, predominância de áreas residenciais e com sede governamental (MATTOSO, 1992; HOLTHE, 2002).

A cidade de Salvador era descrita pelos viajantes de forma adversa, como cidade suja, sem infraestrutura, com esgoto a céu aberto, lixo pelas ruas, moradias insalubres, maus cheiros, mal drenada, além de ter pavimentação ruim e pouca iluminação². A cidade

¹ Os autores (REIS, 2000; Durães, 2006) falam da semelhança entre Rio de Janeiro e Salvador em que ambas são cidades porto e partilham do trabalho escravo e de ganho com forte relação ao trabalho de rua.

² Até 1826 a cidade não dispunha de iluminação pública, em 1829 instalou-se os primeiros lampiões a óleo de baleia e foi apenas em 1862 que a iluminação a gás carbônico propagou-se (MATTOSO, 1992).

baixa, a mais prejudicada, “recebia forçosamente o afluxo de todas as valas e todas as imundícies das casas construídas acima” (MATTOSO, 1992, p. 438). Fala-se também, devido às condições da época³, que a cidade antiga era um ambiente propício a doenças epidêmicas, como foi o caso da febre amarela e da cólera morbo, que atacaram a cidade (MATTOSO, 1978,1992; COSTA, 1991). Contudo, havia, em menor intensidade, um outro lado da cidade descrita por eles como: “Sorridente e alegre de uma cidade que – privilégio raro – era pródiga em praças arejadas, recantos bucólicos, praias de areia fina, centenas de fontes e poços, aléias bem cuidadas, canteiros e jardins com árvores imensas e sempre verdes” (MATTOSO, 1992, p. 444).

A conexão entre cidade alta e cidade baixa, em grande parte, se dava pelas ladeiras, pois foi apenas em 1871 que o Elevador Lacerda foi construído, porém, para um público seletivo, enquanto que nas ladeiras, ocorria o vai e vem da população, seja nas primeiras horas da manhã “quando desciam negociantes e trabalhadores, vendedores ambulantes e carregadores” (MATTOSO, 1992, p. 439) ou final de tarde ao retorno do trabalho.

Essa gente zanzava o dia todo, ladeira abaixo, ladeira acima, os tabuleiros sempre harmoniosamente arrumados – equilibrados na cabeça, roupas de cores vivas, porte altaneiro, língua afiada [...] Vendia-se de tudo nas ruas de Salvador, de carvão a legumes. Especialistas em quitutes de proveniência africana não faltavam em nenhum bairro (MATTOSO,1992, p. 494).

Uma das práticas dos ganhadores neste sobe e desce de caminhos íngremes e árduos era o canto, cantoria que afirmava sua cultura e identidade. As canções africanas de trabalho faziam parte das caminhadas, mas sobretudo eles criavam letras de canções que denunciavam a realidade vivida por eles: críticas acerca dos senhores, dos brancos e da escravidão (REIS, 1991).

Além da cantoria, o que marcou fortemente as ruas de Salvador foram os cantos: locais de concentração dos escravos e libertos, trabalhadores de ganho, que se encontravam ali a espera do trabalho, “verdadeiras instituições africanas”; “grupos de trabalho etnicamente organizados” (REIS, 2000, p.216, p.199). Espaço de confluência,

³ Houveram tentativas por meio de leis e decretos por parte da municipalidade com o intuito de ordenar e controlar as práticas como lançamento de água usadas e detritos nas ruas, animais mortos, circulação de animais nas vias, dentre outras práticas dos moradores, contudo não obteve-se resultados.

de encontro, reunião, os cantos encontravam-se em esquinas, cruzamentos⁴ de ruas e locais estratégicos, sendo a esquina ponto de referência, facilitadora para negociação e chegada dos clientes. Cada canto levava o nome da localidade onde se instalava.

Os cantos eram estratégicos e tinham função de ocupar locais da cidade seguindo sua estrutura física de mobilidade e funcionamento, locais de circulação e concentração de pessoas. As ladeiras são um exemplo, enquanto importantes eixos de circulação, devido à topografia da cidade, assim como as praças, como o caso da Piedade (COSTA,1991).

Cogita-se que os cantos vinham da inspiração dos grupos de trabalho voluntários da África Ocidental, conhecidos como aro entre os iorubas. Entretanto “o canto era mais do que mera estação de trabalho” (REIS, 1991, p.14) era lugar de luta, disputa, cultura e fortalecimento. “Constituíam redes sociais resistentes, as quais terminaram por auxiliar na consolidação da tradição africana na Bahia. Eram espaços que misturavam religião (Candomblé), capoeira, redes de parentesco” (DURÃES, 2006, p.68).

Apesar desta forte presença⁵ de negros e negras nas ruas, havia uma extensiva fiscalização sobre essa população, sobretudo a noite, “era sempre suspeito de estar fazendo coisa errada ou de ser fujão” (GONÇALVES, 2018, p.266). No caso dos escravos, para livre circulação eles deviam levar “passes” autorizados pelos senhores e os libertos portando passaportes disponibilizados pelas autoridades policiais sinalizando onde e quando podiam circular (REIS, 1991).

O trabalho de ganho, permitia aos trabalhadores e trabalhadoras – escravos ou libertos – certa liberdade para com seus senhores. Havia casos em que eles podiam pernoitar ou residir fora da residência do “patrão”, mesmo havendo, durante um período, a proibição de aluguel para escravos por parte do poder público. Como grande parte do que recebiam financeiramente era destinada aos seus senhores, as condições de vida e de moradia eram precárias, encontravam-se em locais afastados do centro urbano e, pela condição social que ocupavam, a alternativa que dispunham para manutenção e

⁴ Na visão de mundo africana, a encruzilhada tem grande importância, enquanto lugar de oferendas, do exu, o abre caminhos.

⁵ Informações acerca da densidade demográfica, população, etnias, escravos e libertos, podem ser encontradas nas obras da autora Katia Mattoso (1978, 1992) e do autor João José Reis (1991, 2000).

sobrevivência era compartilhar da moradia com libertos, outros escravos e população pobre (COSTA, 1991). Encontravam-se então:

em áreas periféricas, as chamadas roças, que aos poucos vão sendo incorporadas ao tecido urbano, como também, e, sobretudo, se reapropriando de áreas pré-existentes. As habitações são variadas, seguindo as características da moradia dos pobres: sublocavam quartos nas casas dos libertos, que eram geralmente construções modestas, de taipa, térreas, de porta e janela; alugavam quartos em vilas de aluguel (avenidas), nos fundos de quintais; ou choupanas de taipa cobertas com palha, como também habitavam nas chamadas "lojas" (COSTA, 1991, p. 29). [grifo nosso].

As lojas eram locais de concentração da população pobre, moradias para trabalhadores de diversas ocupações, como “pedreiros, sapateiros, marceneiros, carpinteiros, funileiros, quitandeiros, alfaiates, lavadeiras, costureiras, engomadeiras, saveiristas, calafates, e do trabalho de ganho, este predominante na freguesia da Sé” (COSTA, 1991, p. 31). As lojas equivaliam a “espaços situados em térreos e subsolos das edificações plurifamiliares, como também designavam espaços de moradia nos porões das casas tipologicamente conhecidas como "de porão alto"” (COSTA, 1991, p. 29). Katia Mattoso (1978, 1992) fala a respeito da moradia da população trabalhadora que vivia na incerteza do dia de amanhã, e morava em casas térreas, mal iluminadas, com um ou dois cômodos, chão batido e poucos ou quase nenhum móvel.

As condições de higiene e salubridade das “lojas” eram bastante precárias, caracterizando-se pela excessiva umidade, ventilação deficiente e ausência quase total da luz solar. Muitas destas habitações formavam verdadeiros cortiços. Eram geralmente uma só grande sala, sem divisórias e nenhuma privacidade. Alguns quintais eram amontoados de lixo capazes de se transformar em focos de doenças (COSTA, 1991, p.31).

A região que mais concentra lojas e trabalhadores de ganho é a freguesia da Sé, sendo a freguesia do pilar a de segunda maior concentração. Localizada em uma região central, a freguesia da Sé passou por grandes transformações ao longo do tempo em sua estrutura social. De início, com a fundação da cidade, sua formação se dava pela população abastada, residente desta centralidade, mas nas primeiras décadas do século XIX, iniciou-se um movimento de deslocamento dessa população para outras localidades devido ao crescimento populacional e decorrente saturação do centro, além de questões de infraestrutura, insalubridade e higiene. Sendo assim, os antigos sobrados coloniais

passaram a ser subdivididos em vários domicílios, tornando-se habitações plurifamiliares (COSTA, 1991).

Esse contexto social demonstra que trata-se de uma cidade, em grande parte povoada e movimentada pelos negros, como já dizia o viajante alemão Robert Avé Lallemand⁶ em 1858: “Tudo parece negro: negros na praia, negros na cidade, negros na parte baixa, negros nos bairros altos. Tudo que corre, grita, trabalha, tudo que transporta e carrega é negro”, porém configurada como uma cidade comandada por uma minoria não negra, que segrega e oprime. Fala-se então de uma cidade repartida tanto geológica quanto social e etnicamente. E para compreender um pouco melhor o contexto do trabalho de rua no século XIX é preciso que se discuta sobre o mercado de trabalho existente naquela época, que será abordado a seguir.

O TRABALHO DE RUA NA SALVADOR DO SÉCULO XIX

O mercado de trabalho na Bahia do séc. XIX tinha em sua base econômica a exportação de produtos agrícolas, falava-se em um mercado reduzido, com poucas oportunidades. Em contrapartida, o mesmo era fortemente marcado pelo sistema escravista, que movimentava grande número de escravos e alforriados, homens e mulheres, os quais empregavam-se nos mais variados ofícios. Nesse estudo, o enfoque são os trabalhos e trabalhadores de rua do século XIX, em grande parte escravos libertos e alforriados, presentes na cidade de Salvador/BA. Acerca desse ofício, Durães (2006) discorre que essa prática de trabalho é antiga e datada do início da colonização do Brasil:

No século XVI e XVII, no início da formação das primeiras aldeias de povoamento (com os jesuítas), vilas e cidades, movimentando pequenas redes de trocas simples de mercadorias, ainda com predomínio da escravidão indígena. Porém, certamente, o trabalho de rua passa a ganhar impulso com a intensificação e posterior desestruturação do sistema escravista africano, a partir do século XVIII e XIX, com o paulatino crescimento das cidades Durães (2006, p. 67).

⁶ (MATTOSO, 1978, 1992; COSTA, 1991; REIS, 1991, 2000; HOLTHE, 2002; DURÃES, 2006).

Os ofícios de rua eram desempenhados pelos negros e negras ganhadores e ganhadeiras, ambulantes, lavadeiras, engomadeiras, aguadeiros, por vezes escravos, libertos ou alforriados. Encontravam-se em cantos, pontos fixos, perambulando pelas ruas, fontes e chafarizes da cidade, "vender era de longe o ofício mais praticado na Salvador do século XIX" (MATTOSO, 1992, p. 490). No caso dos trabalhos exercidos por escravos ou libertos, ambos ofereciam igualmente sua força de trabalho, seja individual ou coletiva. A diferença existente é que o escravo "era um servidor não assalariado" (HOLTHE, 2002, p. 65), servindo como fonte de renda para seus senhores.

Os vendedores ambulantes e ganhadeiras viviam com tabuleiros e barracas, por vezes de porta em porta, comercializando iguarias africanas e produtos alimentícios como legumes, frutas, peixes, carnes, doces e gêneros de mercearia em geral. Os cantos, enquanto locais de concentração dos negros ganhadores era local de espera de serviço, seja no transporte de cargas e objetos ou pessoas; assim como as fontes e chafarizes eram para os aguadeiros.

O trabalho de ganho era um dos ofícios mais praticados pelo trabalhador de rua na cidade de Salvador, abarcando muitas práticas de trabalho⁷. O mesmo consistia, em especial, das atividades de transporte de cargas e bagagens, e em menor escala, pessoas, através da cadeirinha de arruar⁸, venda de mercadorias e artesanos. Nesses espaços também eram desenvolvidas outras atividades enquanto se esperava por consumidores, como: tecer chapéus de palha, trançar esteiras de ouricuri, fazer correntes de fio de ferro para os papagaios, gaiolas para passarinhos, pequenos cestos, pulseiras de contas, objetos de couro com incrustações de conchas, vassouras de piaçava, rosários de coquinhos, entre outros (COSTA, 1991; REIS, 1991). "Ganhador era aquele indivíduo que vivia literalmente ganhando a vida, dia a dia, sol a sol, em atividades de rua" (DURÃES, 2006, p. 69).

⁷ Entre as historiografias levantadas, percebe-se que em alguns momentos não há um consenso acerca das categorias e práticas de trabalho de rua existentes na época, como pode ser visto na categoria ambulante: Mattoso (1978, 1992) indica que essa prática de trabalho vai além do sistema de ganho, realizado em grande parte pelos negros, pois em grande parte, os ambulantes são estrangeiros, geralmente de origem italiana ou árabe, e, já para o final do século XIX, os russos, que são judeus refugiados, somam a esse grupo de vendedores; Costa, (1991) aponta que eles constituem-se essencialmente por escravos e libertos; e Soares (1994) traz que era um ofício praticado pelas mulheres negras, as ganhadeiras.

⁸ No final da década de 1880 a cadeira de arruar já não era mais utilizada com tanta frequência, o que anteriormente grande parte dos ganhadores se dedicavam a esta ocupação.

Inicialmente, ganhador representava apenas os carregadores (homens), mas ao longo do século XIX, principalmente a partir de 1870, com o declínio da economia açucareira, bem como, o declínio do tráfico de africanos para o Brasil, amplia-se a denominação de ganhador, que passa a incorporar também profissionais especializados, como pedreiro, marceneiro, ferreiro, padeiro, carpina (carpinteiro), entre outros, e a incorporar mulheres, as ganhadeiras. Estas não como carregadoras, mas normalmente como vendedoras das mais diversas iguarias de origem africana. Isso termina por dar uma dimensão ampliada aos cantos, que passam a funcionar como uma espécie de agência de trabalho, de concentração de vários tipos de atividade ou qualquer trabalho (DURÃES, 2006, p. 77).

Essa categoria de trabalhadores obtinha, através do trabalho de rua, um horizonte de liberdade maior do que os escravos domésticos ou de engenhos, pois conseguiam comprar sua alforria no decorrer dos anos de trabalho escravo. Quando na condição de escravos, os mesmos eram colocados por seus donos para “ganhar em suas custas”, uma vez que eram obrigados a passar uma quantia significativa do que ganhavam para seus proprietários, ficando apenas com o excedente. Os acordos eram feitos verbalmente, o que os deixava sem garantias legais.

Em contrapartida, o ganho proporcionava certa liberdade para quem o praticava, por permitir que morassem fora da residência dos senhores ficando sob sua responsabilidade moradia, alimentação e vestimenta. A “rentabilidade variava de ocupação para ocupação, e dependia também de fatores como idade, saúde, habilidades pessoais. Existia um valor de mercado, base para os cálculos de produtividade da ocupação” (SOARES, 1994, p.49).

O trabalho de ganho organizado nos cantos dispunha de um caráter e organização predominantemente coletivo, por mais que, por vezes, proporcionasse a individualidade, como na busca da alforria. Ainda assim, esse ofício era entendido como uma produção coletiva, na divisão e compartilhamento de tarefas, como também sua remuneração (REIS, 1991). Essa coletividade pode ser observada nas estratégias criadas pelos ganhadores para garantir sua sobrevivência das situações impostas, como a criação de confrarias, conhecidas também como cooperativas, juntas, irmandades ou sociedades, que eram locais de investimentos dos negros, pois como não conseguiam acesso às casas financeiras, esses locais funcionavam como consórcio de auxílio mútuo, onde se poderia aplicar dinheiro e ir acumulando, tanto por escravos quanto por libertos, com o objetivo

da compra da carta de alforria e, enfim, ter sua liberdade (COSTA, 1991; GONÇALVES, 2018).

Nem sempre o canto foi esse espaço de harmonia, houve casos de tentativas de controle dos ganhadores por parte da municipalidade. Passados meados do século XIX, a cidade de Salvador era acometida por grande influência do poder de polícia, neste momento, “para ser preso bastava estar na rua e ser negro, mestiço ou estar inserido em atividades ditas perigosas, no caso, nas atividades de ganho” (DURÃES, 2006, p. 82).

O início se deu com a Revolta dos Males, em 1835, em que os ganhadores, principalmente nagôs, tiveram papel central no movimento que teve importante dimensão étnica. Com a vitória das autoridades baianas, as mesmas impuseram forte controle aos cantos de trabalho, porém, por meio da resistência de escravos e libertos africanos, obtiveram êxito ao conseguirem garantir autonomia desses grupos de trabalho (REIS, 1991, 2000).

Já em 1857 houve, novamente, a tentativa de controlar os ganhadores, onde estabeleciam que eles só poderiam “ganhar” mediante licença disponibilizada pela Câmara Municipal. As exigências eram: registros dos trabalhadores junto a municipalidade, pagamento de uma taxa de dois mil reis e utilização de uma *chapa metálica com número de matrícula no pescoço* para controle e identificação dos ganhadores; os libertos deveriam apresentar fiadores que se responsabilizariam pelo seu comportamento. Essa medida provocou reação dos trabalhadores que fizeram greve de uma semana, pararam por completo o funcionamento de carregamento e distribuição da cidade, trabalho esse desempenhado pelos ganhadores (REIS, 1991, 2000).

Com o objetivo de controlar e restringir a liberdade do trabalho de rua, após a greve de 1857⁹ e a abolição em 1888, houve sucessivas ações por parte das autoridades baianas, a fim de limitar, controlar e impor taxas nestas práticas de trabalho. Além de que, essas ações passaram a mudar o contexto do trabalho dos ganhadores "se antes os ganhadores estavam submetidos ao duplo controle dos senhores e do Estado, agora que a escravidão definia cada vez menos sua condição, caberia apenas ao Estado a tarefa de controlá-los" (REIS, 2000, p.201). Posteriormente, essa tarefa de controle foi transferida

⁹ Nesta época, os nagôs dominavam o trabalho de rua enquanto escravos libertos, e eles tiveram forte participação na greve.

para um órgão repressivo por excelência, a polícia, sendo que as ações não eram apenas policiais, mas também políticas.

Observa-se que essas práticas de regulação incidiram nos trabalhadores de rua, como no caso dos ambulantes, que para comercializarem na cidade tinham que dispor de licença pagando entre quatro e cinco réis para circulação com seus tabuleiros e caixas, competindo à municipalidade conceder ou recusar a licença (MATTOSO, 1992).

Nos cantos havia ainda os capitães, que eram os chefes responsáveis, tendo como função contratar serviços com clientes, distribuir tarefas, receber e dividir o dinheiro, formar e dissolver cantos e, quando necessário, mediar conflitos entre ganhadores ou até mesmo com a polícia. Era também quem respondia pelo canto perante as autoridades, pois era responsável pelo bom funcionamento, desempenho e obediência de seu grupo. Cada canto tinha seu responsável e, ao que tudo indica, eles obtinham remuneração extra. Dentre os capitães, os alforriados eram os que se apresentavam em maior número. Há poucas informações acerca de como eram escolhidos, sabe-se que os trabalhadores pertencentes aos cantos podiam eleger e, presumivelmente, era levado em consideração o tempo na Bahia, domínio da língua, costumes e habilidade de liderança (REIS, 1991; MATTOSO, 1992).

As ganhadeiras eram outro grupo que teve forte presença nas ruas da cidade de Salvador. Dessa forma, a seguir será apresentado com maiores detalhes as pesquisas sobre essa prática e, também, como se dava a relação entre as mulheres e o mercado de trabalho.

A MULHER E O TRABALHO DE RUA: VÁRIOS PERÇALSOS DESSA LABUTA HISTÓRICA

A inserção da mulher negra no contexto do trabalho e sua relação com a cidade, no século XIX, período estudado neste artigo, está fortemente marcada por questões de gênero, raça e classe. A partir da historiografia pesquisada, será apresentada de que forma esses temas atravessam a vida e as práticas de trabalho exercidas por essas mulheres, e sua relação com a cidade.

Pode-se perceber nos estudos de Mattoso (1978, 1992); Reis (1991, 2000); Soares (1994); e Gonçalves (2018) uma diferença entre gênero e o exercício do trabalho. As oportunidades e tipos de trabalho no ganho se apresentam de forma desigual entre homens e mulheres; enquanto as mulheres, em grande parte, trabalhavam com venda de comidas, ou lavadeiras, engomadeiras e setor doméstico, os homens, além dos trabalhos de carregadores, tinham oportunidades de exercer outros ofícios como: marceneiro, pedreiro, ferreiro, artesão, etc. Há ainda registros de que “valorizava-se mais o trabalho masculino em até duas vezes o valor estabelecido para os ofícios femininos” (SOARES, 1994, p. 50).

Em 1857 foi lançada uma medida disciplinar que regulamentava o ofício dos trabalhadores de rua em que só se liberaria a prática mediante licença concedida pela câmara municipal. Segundo Reis (1991), esta lei foi direcionada apenas ao trabalho de ganho masculino não afetando o ofício das ganhadeiras, reafirmando a desigualdade existente entre ambos.

A respeito da organização comercial, Mattoso (1992) afirma que “qualquer pessoa, cidadão brasileiro ou não, podia comerciar desde que dispusesse livremente de sua pessoa e de seus bens. As mulheres casadas e menores de idade precisavam de autorização dos maridos ou dos pais” (p. 495). Desta forma, fica evidente a diferença de liberdade e a submissão histórica das mulheres para com os homens.

É muito frequente a menção da ausência de mulheres brancas nas ruas e espaços públicos da cidade e, em paralelo, a forte presença das mulheres negras nesses mesmos locais, na realização de seus ofícios. Autoras como Mattoso (1992) e Gonçalves (2018) constataam essa afirmação ao dizerem que “Mulheres brancas então, era como se não existissem” (p.243), e “elas viviam reclusas nos lares, no máximo, e, excepcionalmente, se mostram nas janelas e nos balcões” (p. 449). Era comum entre os viajantes estrangeiros falarem que “sequer pudera ver as mulheres da cidade”¹⁰ (MATTOSO, 1992, p. 449). O enclausuramento era tão presente que as “senhoras” não saíam para fazer compras, as mercadorias eram trazidas por vendedores ambulantes que expunham de porta em porta.

¹⁰ Além do machismo, fica evidente o racismo, onde desconsidera a mulher negra enquanto “mulher da cidade” aquela que é valorizada e quer ser vista.

Quando as mulheres brancas saíam às ruas, iam dentro das cadeirinhas de arruar e liteiras, protegidas por cortinas e janelas (HOLTHE, 2003; GONÇALVES, 2018).

Durante o século XIX, em Salvador, a presença de mulheres negras nas ruas realizando seus trabalhos como ganhadeiras, ambulantes, quituteiras e outros ofícios era forte. Na cidade, elas ocupavam locais estratégicos, perambulavam pelas feiras, porto, áreas residenciais e nas proximidades dos cantos. As repressões eram constantes na vida dessas trabalhadoras, pois não era de bom grado a intensa presença de negras e mestiças aos olhos da elite branca (SOARES, 1994; DURÃES, 2006).

Assim como há uma disparidade entre a mulher negra e a branca e suas relações com a cidade, o mesmo ocorre no trabalho, no qual a questão racial e de classe fica bastante evidente. Enquanto o trabalho sempre esteve presente na vida de mulheres negras, as brancas ocupavam lugar de sinhás, dando as ordens e mantendo o controle. Há situações em que era preciso equilibrar o orçamento familiar, e, nesses casos, as mulheres brancas trabalhavam com bordado, costura e era comum o preparo de petiscos, em especial doces, que eram vendidos nas ruas por escravas ganhadeiras; já outras obrigavam que suas escravas se prostituíssem, sujeitando-as a doenças e, ocasionalmente, à morte precoce (MATTOSO, 1992; GONÇALVES, 2018).

Com o passar do tempo, as brancas foram se inserindo no mercado de trabalho, em pequena escala, mas, ainda assim, ocupando espaços mais privilegiados, comparados ao legado das mulheres negras, passando a trabalhar como educadoras e professoras primárias¹¹. Por volta de 1830, a mulher branca sai do domínio privado e estritamente familiar, e passa a exercer atividades como diretoras de asilos ou abrigos, como enfermeiras de hospitais ou casas de caridade. Nota-se a diferença do trabalho assalariado, que era presente apenas nos ofícios de mulheres brancas.

A mulher negra tem forte presença histórica no mercado de trabalho urbano, trabalho iniciado com a escravidão, nas senzalas, casas grandes, e, ao longo do tempo, foi ocupando as ruas, tanto em um contexto de escravas colocadas no ganho, ou de mulheres negras livres e libertas, as quais lutavam para assegurar seu sustento e de seus filhos¹².

¹¹ Poucas mulheres dividiam os afazeres do setor comercial e/ou agrícola com o marido, quando acontecia, se dava pela viuvez, ou a pouca idade de descendentes masculino (MATTOSO, 1992).

¹² As mulheres realizavam seus ofícios conduzindo seus filhos amarrados com pano nas costas, ou soltos nos tabuleiros, deixando as mãos livres para realização dos serviços (SOARES, 1994; DURÃES, 2006).

Na rua, muitos eram os trabalhos desenvolvidos pelas mulheres negras, “fosse escrava, livre ou liberta, participava de quase todos os setores do mundo do trabalho, criando mecanismos para sobreviverem e resistirem às adversidades” (SOARES, 1994, p. 20), em grande parte o trabalho desempenhado no setor urbano era como domésticas e no ganho, na rua o ganho era com a vendagem, em sua maioria de produtos alimentícios, mas tinham também as lavadeiras e engomadeiras.

Carneiro (2003) faz uma reflexão acerca do mito da fragilidade feminina, que é usado para justificar a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres. Contudo esta prerrogativa não se aplicava às mulheres negras, uma vez que o discurso clássico da opressão a mulher não reconhece a experiência histórica díspar vivida por estas mulheres. Desta forma, a autora alerta para o efeito dessa opressão, “assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras” (p. 50), e ainda questiona acerca de qual mulher se refere quando trata do mito da fragilidade feminina, pois:

Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas (2003, p. 50).

Como dito acima, a presença de mulheres negras nas ruas de Salvador, realizando diversas atividades, era marcante, e, portanto, a seguir será dedicada uma maior explanação acerca do ofício de ganhadeira, termo esse que, segundo Durães (2006, p. 80) remete a ideia de uma pessoa que “ganhou ou almeja ganhar, foi o vencedor, mas, certamente, não era apenas essa a imagem propagada no século XIX pela *elite branca*”, e completa:

“Certamente, funcionou muito mais como uma forma negativa de tipificar um grupo social subalterno, como um modo de dizer que eles e elas (ganhadores e ganhadeiras) não fazem parte do mundo branco, da *sociedade*, mas que estão alijados, nas ruas, mas em apenas algumas ruas, ou melhor, uns *cantos* de rua” (p. 80).

A maior parte do comércio das ganhadeiras era com vendas de comidas¹³, em grande parte de iguarias africanas, e em segundo plano tecidos e miudezas. As

¹³ Entre as comidas pode-se encontrar: canjicas, mingaus de tapioca, quentes açaás [parecido com o abará de hoje], mungunzá, arroz e carne seca, carne de baleia, inhames cozidos, caruru, diversos tipos de doces e

ganhadeiras possuíam o “monopólio” de alguns produtos, onde a venda de peixe era exclusividade de “ganhadeiras peixeiras” que recebiam todo o produto dos pescados para revenda no varejo. O mesmo acontecia na distribuição das frutas, e do comércio varejista de produtos perecíveis (SOARES, 1994). Os trabalhos desempenhados no ganho por mulheres libertas se diferenciavam das escravas, uma vez que não havia mais interferência dos senhores e todo valor arrecadado lhes pertencia. Ambas desempenhavam a mesma função, com circulação de produtos alimentícios e louças. As libertas integravam-se mais facilmente no comércio urbano, conseguindo prosperidade (SOARES, 1994).

Segundo Soares (1994), o trabalho de vendedora, desempenhado pelas ganhadeiras, apresenta proximidade com atividades desempenhadas na África, “onde eram consideradas exímias comerciantes [...] pois que em muitas sociedades africanas delegavam-se às mulheres as tarefas de subsistência doméstica e circulação de gêneros de primeira necessidade” (p.53-54). Grande parte das ganhadeiras africanas é oriunda da costa ocidental da África, em que era tarefa essencial feminina o trabalho em pequeno comércio, proporcionando papéis econômicos importantes para elas.

O trabalho dessas mulheres, ambulantes ou em pequenas quitandas, tinha uma importância para com o trabalho da época, pois eram elas que alimentavam a “população que ficava à espera de ganhar o pão cotidiano”, harmonizando assim “as duras condições da maioria escrava e dos desclassificados sociais, compradores assíduos dos seus produtos” (MATTOSO, 1978, p.58, p.173).

O nexos das ganhadeiras com a cidade se apresenta pela ocupação de locais estratégicos, não apenas nos cantos de trabalho. Elas perambulavam pelas ruas e praças, com tabuleiros, gamelas e cestas habilmente equilibradas sobre as cabeças, por feiras livres, mercado público, porto e áreas residenciais (SOARES, 1994; DURÃES, 2006). Contudo, segundo Soares (1994), essa movimentação frequente de negras e mestiças não agradava a elite branca, que promovia perseguições e repressões, por parte das autoridades, para com as trabalhadoras, como constatado a seguir:

salgados, além de frutas, verduras, refrescos, água, aguardente, bolos, pães, peixe frito ou carne de sol, angu, feijão e farofa, arroz de hauçá, feito com iscas de carne de sol frita (MATTOSO, 1992; GONÇALVES, 2018; DURÃES, 2006).

As atividades realizadas pelas ganhadeiras, apesar de importantes para a distribuição de bens essenciais à vida urbana, preocupavam as autoridades. Elas faziam seu trabalho de maneira itinerante ou fixavam-se em pontos estratégicos da cidade, servindo de elementos de integração entre uma população considerada perigosa pelas elites. Este fator político, somado ao esforço do Estado para organizar e controlar a vida urbana no século XIX levaria a muitos embates entre ganhadeiras e autoridades policiais (p.60).

Costa (1991) apresenta a existência de cantos ocupados por mulheres, mas diferentemente dos homens, elas não se separavam por nações. Não há muitos registros que falam sobre as mulheres e os cantos, os escritos dizem mais sobre uma movimentação constante, enquanto ambulantes, que perambulavam pela cidade.

Com intuito de uma primeira aproximação, buscou-se de forma ampla apresentar a respeito do trabalho de rua presente no século XIX, quem o praticava, como se dava esse trabalho, e quais as relações com a cidade, local de trabalho por excelência e seus atravessamentos de permanência, moradia e repressões.

CONCLUSÃO

Fica evidente com este estudo que os trabalhadores de rua, ganhadeiras, ganhadores e ambulantes tiveram forte contribuição no funcionamento do trabalho urbano, com o transporte de objetos e pessoas, na alimentação de iguarias africanas e venda de frutas, peixes e carnes. Por vezes, o trabalho desenvolvido pelos negros e negras marcava-se pela relação com África, seja na alimentação, nos cantos, nas diversas práticas de trabalho.

O trabalho de rua teve importância direta na vida desses praticantes, pois lhes proporcionou uma ascensão social, conquistada por mudanças ao longo do século, permitindo, através do ganho, o acúmulo de dinheiro para compra de sua liberdade por meio da alforria.

A rua teve papel central na prática de trabalho e na vida dos trabalhadores, uma vez que ela proporcionava liberdade, subsídios para sobrevivência, independência, por vezes, redes de solidariedade, manutenção da identidade e cultura, lugar de festa, revoltas e resistências, mas também de disputas, tensionamentos, opressão.

Pretendia-se nesse estudo apresentar um paralelo entre o trabalho de rua existente no século XIX e dos dias atuais, nas ruas de Salvador. Contudo, dentro da vasta dimensão histórica existente, optou-se por compor um panorama do trabalho de rua no século XIX para que, posteriormente, ao longo da pesquisa de mestrado, seja feito um desdobrado da

interface existente entre ambos, em diálogo com os dados oriundos das leituras, teorias e do trabalho de campo.

De forma preliminar, é possível ver semelhanças com os dias atuais, considerando-se os contextos sociais, econômicos e étnicos distintos. Entretanto, o colonialismo deixou marcas, que causam efeitos estruturantes de subjetividades, corporalidades, espacialidades e práticas sociais no tempo presente. Fica então o questionamento: como pensar e buscar esse contemporâneo a partir da historicidade encontrada?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS; TAKANI CIDADANIA (Orgs.). Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003. [Coleção valores e atitudes, série Valores; n. 1. Não discriminação].

COSTA, Ana de Lourdes Ribeiro da. **Espaços Negros**: “cantos” e “lojas” em Salvador no século XIX. CADERNO CRH. Suplemento, p. 18-34, 1991.

DURÃES, Bruno José Rodrigues. **Trabalhadores de rua de Salvador**: precários nos cantos do século XIX para os encantos e desencantos do século XXI 2006. 230f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2006.

GONÇALVES, Ana Maria. Um defeito de cor/ Ana Maria Gonçalves. – 18ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.

HOLTHE, Jan Maurício Oliveira. **Quintais Urbanos de Salvador**: Realidades, Usos e Vivências no Século XIX. 2002. 284f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 2002.

LEPETIT, Bernard. Por uma história Urbana. (Seleção de textos, revisão crítica e apresentação Heliana Angotti Salgueiro). São Paulo: EDUSP, 2001.

MATOSO, Katia de Queirós. **Bahia**: A cidade do Salvador e seu Mercado no século XIX. São Paulo: HUCITEC; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.

_____, Katia de Queirós. **Bahia, século XIX**: Uma província no Império. Trad. De Yedda de Macedo Soares. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992, 747 p.

REIS, João José. **A greve negra de 1857 na Bahia**. In: Revista da USP, São Paulo, n. 18, jul. ago. 1991.

_____, João José. **De olho no canto:** Trabalho de Rua na Bahia na véspera da abolição. *Afro-Ásia*, 2: (2000), 199-242.

SOARES, Cecília Moreira. **Mulher negra na Bahia no século XIX.** 1994. 126f. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 1994.